O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL[1]

THE "PARADIGM OF FORMATION" IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: GEOGRAPHICAL CONTRIBUTIONS TO THE INTERPRETATION OF BRAZIL

EL «PARADIGMA DE FORMACCIÓN» EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: aportes geográficos a la interpretación del Brasil

Thiago Adriano Machado
Professor Adjunto do Departamento de Geografia do CERES e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
thiago.machado@ufrn.br

Jaedna Danielle Alves da Costa
Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
jaedna.costa.096@ufrn.edu.br

Maria Fernanda Silva Santos
Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
maria.fernanda.silva.104@ufrn.edu.br

Resumo: O trabalho visa investigar as linhas gerais do "paradigma da formação" no campo disciplinar da Geografia, identificando a posição da Geografia no Pensamento Social Brasileiro e analisando a contribuição geográfica ao referido paradigma por meio da formulação de variantes geográficas da formação: formação socioespacial (Milton Santos); formação espacial (Ruy Moreira); formação territorial (Antonio Carlos Robert Moraes); e formação territorial e econômica (Manuel Correia de Andrade). A pesquisa consiste em uma análise textual das obras dos autores selecionados observando a perspectiva teórico-metodológica adotada, a contribuição ao debate epistemológico na Geografia, os modos de operacionalização dos conceitos para o estudo do Brasil e as interações com o Pensamento Social Brasileiro. Como conclusão, entendemos que o campo disciplinar da Geografia realizou uma apropriação criativa do paradigma da formação, por meio do qual estabeleceu um diálogo com o Pensamento Social Brasileiro. Ainda que ocupe uma posição marginal nesse campo, as interpretações geográficas do Brasil possuem capacidade heurística de revelar aspectos relevantes da realidade nacional. Por fim, identificamos cinco relações básicas dos estudos de formação territorial: espaço-tempo; parte-todo; interno-externo; Estado-território; sociedade-natureza.

Palavras-chave: formação socioespacial, formação territorial, paradigma da formação, geografia, pensamento social brasileiro.

Abstract:
The work aims to investigate the general lines of the "paradigm of formation" in the disciplinary field of Geography, identifying the position of Geography in Brazilian Social Thought and analyzing the geographic contribution to that paradigm through the formulation of geographical variants of formation: socio-spatial formation (Milton Santos); spatial formation (Ruy Moreira); territorial formation (Antonio Carlos Robert Moraes); and territorial and economic formation (Manuel Correia de Andrade). The research consists of a textual analysis of the works of the selected authors observing the theoretical-methodological perspective adopted, the contribution to the epistemological debate in Geography, how concepts are operationalized for the study of Brazil, and the interactions with Brazilian Social Thought. In conclusion, we understand that the disciplinary field of Geography made a creative appropriation of the paradigm of formation, through which it established a dialogue with Brazilian Social Thought. Even though it occupies a marginal position in this field, geographic interpretations of Brazil have the heuristic capacity to reveal relevant aspects of the national reality. Finally, we identified five basic relationships in territorial formation studies: space-time; part-whole; internal-external; State-territory; and society-nature.

Keywords: socio-spatial formation, territorial formation, paradigm of formation, geography, Brazilian social thought.

Resumen:
El trabajo tiene como objetivo investigar las líneas generales del "paradigma de formación" en el campo disciplinar de la Geografía, identificando el lugar de la Geografía en el Pensamiento Social Brasileño y analizando la contribución geográfica a ese paradigma a través de la formulación de variantes geográficas: formación socioespacial (Milton Santos); formación espacial (Ruy Moreira); formación territorial (Antonio Carlos Robert Moraes); y formación territorial y económica (Manuel Correia de Andrade). La investigación consiste en un análisis textual de las obras de los autores seleccionados observando la perspectiva teórico-metodológica adoptada, la contribución al debate epistemológico en Geografía, las formas en que los conceptos son operacionalizados para el estudio de Brasil y las interacciones con el Pensamiento Social brasileño. En conclusión, entendemos que el campo disciplinar de la Geografía hizo una apropiación creativa del paradigma de formación, a través del cual estableció un diálogo con el Pensamiento Social Brasileño. Si bien ocupa una posición marginal en este campo, las interpretaciones geográficas de Brasil tienen la capacidad heurística de revelar aspectos relevantes de la realidad nacional. Finalmente, identificamos cinco relaciones básicas en los estudios de formación territorial: espacio-tiempo; parte-todo; interno-externo; Estado-territorio; sociedad-naturaleza.

Palabras-clave: formación socioespacial, formación territorial, paradigma de formación, geografía, pensamiento social brasileño.

Introdução

O discurso geográfico elaborado no contexto da renovação crítica na década de 1970 incorporou o conceito de "formação" ao repertório da Geografia, mobilizando-o tanto para avançar no debate epistemológico em torno do seu objeto, o espaço geográfico, quanto para produzir versões geográficas das interpretações do Brasil. Desde o texto seminal de Santos (1977), em que analisa a formação social como teoria e método, vários autores lançaram mão da ideia de formação. Se Santos (1977) se apropriou do conceito marxista de "formação econômico-social" para destacar seu conteúdo geográfico ao formular o conceito de "formação socioespacial", Moreira (1982) parte do mesmo referencial para se referir à "formação espacial" enquanto conceito capaz de explorar a relação entre a reprodução social e os arranjos espaciais de um espaço nacional concreto. Moraes (2011a) procede de modo similar, mas vincula à formação o conceito geográfico de "território", destacando o conteúdo político do processo de valorização do espaço atribuído à via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Andrade (2007; 1995) faz a opção pela "formação territorial e econômica" como instrumento analítico para uma reflexão sobre a realidade brasileira. Outros tantos autores manejam variantes geográficas da "formação" como recurso, ainda que secundário, para lidar com questões envolvendo a rede urbana, a industrialização brasileira ou a questão ambiental, a exemplo de Becker e Egler (2011); Porto-Gonçalves (1995); Corrêa (2000), Geiger e Davidovich (1982), dentre outros.

Porém, a análise da operacionalização do conceito de "formação" na Geografia ficaria empobrecida se não a situássemos no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, campo interdisciplinar que abrange a Crítica Literária, as Ciências Sociais, a Economia e a

Historiografia. Arantes (1997) reconhece a existência de uma "verdadeira obsessão nacional" no estudo da formação brasileira registrada em obras canônicas como "Casa Grande & Senzala" (Freyre, 2003 [1933]), "Raízes do Brasil" (Holanda, 1995 [1936]), "Formação do Brasil Contemporâneo" (Prado Jr., 2011 [1942]), "Formação da Literatura Brasileira" (Candido, 2000 [1959]), "Formação Econômica do Brasil" (Furtado, 2007 [1959]), dentre outras. Porém, se há algum compromisso entre projetos intelectuais tão diversos, há quem avalie o esgotamento do, assim entendido, "paradigma da formação", apontando para sua filiação ao caduco projeto nacional-desenvolvimentista (Nobre, 2012) e para a necessidade de, em face ao aprofundamento da globalização, voltar-se mais à *inserção* internacional do que à *formação* brasileira (Santiago, 2014).

A hipótese do esgotamento é contradita, no entanto, pela resiliência e contínua renovação do paradigma, algo constatado pela publicação de obras como *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luiz Felipe de Alencastro (2000); *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, de Willi Bolle (2004) e, mais recentemente, *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*, de Luís Augusto Fischer (2021); e *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, de Ynaê Lopes dos Santos (2022). Seja propondo uma interpretação extraterritorial da formação brasileira, revisitando a vida cultural do país por meio da literatura ou reexaminando o papel do racismo na sociedade brasileira, a ideia de *formação* continua a mobilizar a reflexão crítica sobre o país e sobre os seus próprios cânones.

Tensionando, portanto, os usos e apropriações do conceito na Geografia e no Pensamento Social, buscamos construir um problema de pesquisa destinado a examinar as linhas gerais da apropriação criativa realizada pela Geografia. Como recurso metodológico, selecionamos para análise textual um conjunto de obras dos geógrafos escolhidos (Milton Santos, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade), considerando como o conceito de formação foi operacionalizado para o estudo do território brasileiro e quais os diálogos mais evidentes com o cânone do Pensamento Social Brasileiro. O critério de seleção foi orientado pela existência de obras destinadas a discutir o Brasil nas quais o conceito de "formação" (em suas variantes geográficas) cumpre papel teórico-metodológico central ou é explicitado no título do livro. Sem deixar de considerar outras publicações, o foco analítico está em: "O Brasil: território e sociedade no início do século XX" (Santos; Silveira, 2001); "Formação Espacial do Brasil" (Moreira, 2020); "Bases da formação territorial do Brasil" (Moraes, 2011a); e "Formação territorial e econômica do Brasil" (Andrade, 2007).

Dessa forma, o esforço empreendido de sistematizar os modos de operacionalização geográfica do conceito de formação parte das seguintes preocupações:

- Qual a matriz teórico-metodológica a partir da qual cada autor pensou o seu conceito de *formação*?
- Quais as variantes geográficas do conceito de *formação* produzidas por cada autor e qual as suas especificidades?
- Como os conceitos geográficos de *formação* contribuíram para o debate epistemológico no campo da Geografia brasileira?

- Como os respectivos conceitos foram operacionalizados na análise da realidade brasileira?

A tarefa de análise textual não abdica, contudo, do exame de elementos contextuais que podem elucidar as circunstâncias de formulação e operacionalização dos respectivos conceitos. Desse modo, há uma bibliografia auxiliar composta por texto dos próprios autores analisados e de comentadores que pretenderam delinear alguns aspectos contextuais. Por fim, a análise dos textos é combinada a um esforço de identificar diálogos interdisciplinares efetivos ou possíveis, situando a construção de variantes geográficas da formação nacional desde a Geografia brasileira no debate mais amplo de um certo "paradigma da formação" gestado no Pensamento Social Brasileiro.

Reconhecemos a ocorrência de uma formulação teórico-metodológica original a partir da Geografia brasileira e que subsidiou a construção de modelos explicativos para dar conta do processo político e social de formação da sociedade brasileira a partir do seu território. Milton Santos assim o fez ao compreender a formação como um processo dinâmico de expansão dos meios técnicos sobre os meios naturais, destacando a interação entre as heranças territoriais, os novos objetos técnicos e os novos usos do território. Ruy Moreira concentra-se na relação de poder transversal à tríade terra-território-Estado, o que se desdobra em sucessivos conflitos de espaço e contraespaço, referentes territoriais da oposição entre a ordem estatal e os arranjos comunitários. Moraes compreende o processo de valorização do espaço de acordo com a reiterada expansão colonial sobre os chamados fundos territoriais. Já Manuel Correia de Andrade, aciona a formação para oferecer uma contribuição aos

estudos do processo de produção do território brasileiro e à elaboração da nacionalidade.

Comum a estas formulações geográficas estão: a dualidade entre o território nominal da soberania estatal e o território de uso efetivo; a tensão epistemológica entre os conceitos de "espaço" e de "território" enquanto categorias explicativas da formação; o exame do tempo passado para compor interpretações do processo histórico de formação espacial/territorial; e o compromisso político de interpretar o país para apontar caminhos de superação dos seus dilemas. Além disso, podemos identificar de modo sintético cinco relações básicas do estudo da formação espacial/territorial a partir da Geografia brasileira e que servem de horizonte metodológico para as análises empreendidas: 1) relação espaço-tempo; 2) relação parte-todo; 3) relação interno-externo; 4) relação Estado-território; 5) relação sociedade-natureza. Por fim, reconhecemos os limites de atribuir ao estudo da formação o estatuto de "paradigma", diante da percepção de Botelho (2020) de que tal não constitui uma unidade estável, ainda que seja um repertório cognitivo a que podemos recorrer. Consideramos, no entanto, que há ganhos heurísticos na ideia de "paradigma", entendimento válido não só para o Pensamento Social Brasileiro, mas para como a Geografia brasileira produziu seus próprios intérpretes do Brasil.

O estudo da formação: um paradigma?

A reiterada terminologia da *formação* presente em textos de natureza tão diversa, ainda que sempre dirigidos à reflexão sobre a condição nacional, parece atribuir algum grau de coerência que sustente a ideia de um "paradigma da formação". Uma visão de sobrevoo sobre os múltiplos trabalhos que empregam esse termo

indica, no mínimo, a existência de três modos de leitura. O primeiro, assentado no conceito de *Bildung*, concentra-se nas especificidades periféricas da formação cultural brasileira, cujo exemplo mais significativo é o esforço empreendido por Antonio Candido (2000 [1959]) em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. O segundo seria aquele vinculado ao conceito marxista de *Gesellschaftsformation*, a formação social e sua variante formação econômico-social, orientado a examinar as inconsistências da modernização capitalista em um país de matriz colonial como o Brasil; perspectiva que teve como primeiro produto *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (2012), publicado em 1933. Um terceiro modo de leitura estaria vinculado ao uso contingente do termo, sugerindo a intenção dos autores ou editores em transmitir uma ideia abrangente de evolução ou desenvolvimento que correspondesse ao estudo da gênese dinâmica do seu objeto de estudo, a exemplo de sua operacionalização pelo método histórico-estrutural em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (2007 [1959]) (Botelho, 2020).

Pensada assim, enquanto comunidade de textos que recorrem ao mesmo termo, a ideia de *formação* adquiriu os contornos de um paradigma que se confunde com o empenho intelectual de interpretar o Brasil, em torno do qual se organiza o vasto e contraditório campo do Pensamento Social Brasileiro.

> Ao se elevar à condição de paradigma, "formação" funda e estrutura, no século XX brasileiro, os múltiplos saberes confessionais, artísticos e científicos que compartilham certas características gerais ou formas do nosso ser e estar em processo de desenvolvimento (Santiago, 2014).

André Botelho (2020) se questiona sobre o estatuto cognitivo da "formação", se poderíamos mesmo considerá-la um paradigma, um gênero ou um campo problemático. Considerando que as duas primeiras alternativas consistiriam em uma formalização excessiva de manifestações muito variadas, o autor sugere a formação como um *campo problemático* uma solução mais apropriada para lidar com o "entrecruzamento de perspectivas e sentidos diferentes e divergentes que, no entanto, compartilham um contexto comum de problemas e questões" (Botelho, 2020, p. 31). É nessa perspectiva que o mesmo autor reconhece as interpretações do Brasil como um "repertório cognitivo" a que podemos recorrer, sem constituírem, no entanto, uma realidade ontológica estável.

Podemos avaliar, portanto, que o objeto das várias interpretações redunda nas múltiplas dimensões daquilo que Roberto Schwartz (2023) costuma nomear de "matéria brasileira". O esforço interpretativo pode variar da reconstituição da literatura nacional ao empenho em deslindar a formação dos sistemas políticos e econômicos, à constituição de um povo brasileiro ou ao entendimento dos impasses étnico-raciais tributários do projeto nacional e das ondas modernizadoras. Reunidos sob objetivo comum, tais estudos produziriam uma metalinguagem da formação nacional, pois, ao diagnosticarem a incompletude e imaturidade formativa do país, forjariam, ainda que parcialmente, as rotas viáveis para alcançar os pressupostos normativos do desenvolvimento cultural, político e socioeconômico aos moldes do referencial europeu.

> [N]a forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio

> gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (Arantes, 1997, p. 11-12).

A ideia de *campo* pode parecer, assim, mais adequada por fornecer instrumentos metodológicos para avaliar as posições relativas dos agentes no processo de produção intelectual e as formas como formulam e manejam os problemas de pesquisa (Bourdieu, 2004). No entanto, ainda que a noção de *paradigma* apresente limitações evidentes para o estudo da formação nacional em decorrência da diversidade disciplinar e de orientações teóricas, sobretudo se analisada sob a perspectiva de Kuhn (1998), ela retém ganhos heurísticos na medida em que indica a existência de uma temática comum e procedimentos gerais presentes na diversidade do campo interdisciplinar, tal como o recurso ao exame do passado para elucidar questões contemporâneas.

Geografia e o "ar de família" do paradigma da formação

Não obstante a multiplicidade de pontos de partida, crescentemente organizados desde a diversidade de campos disciplinares que se institucionalizavam década após década no século XX, é evidente o "ar de família" existente entre tais estudos da formação, expressão empregada por Arantes (1997) ao reconhecer o foco compartilhado dentro do referido paradigma. A questão a que nos colocamos é por que a Geografia parece não ter sido convidada para essa festa de família? Ou de outro modo: qual o lugar da Geografia no nomeado "paradigma da formação"? Uma análise preliminar de obras que se destinam a debater as interpretações do Brasil, a exemplo de Botelho e Schwarcz (2009), nos permite considerar uma relativa ausência de geógrafos e geógrafas enquanto intelectuais dedicados a pensar o Brasil. Ainda que possamos identificar um discurso geográfico na trajetória intelectual de

engenheiros, juristas, historiadores e literatos (a exemplo de Silvio Romero, Euclides da Cunha ou Caio Prado Júnior), sobretudo no período anterior à institucionalização universitária, o reconhecimento de geógrafos representativos no seu campo disciplinar enquanto intérpretes do Brasil é bastante rarefeito. Apenas mais recentemente se publicou um capítulo sobre Milton Santos na coletânea organizada por Pericás e Secco (2014), dedicada a abranger não só os clássicos, mas também os "rebeldes e renegados".

Tal apagamento das interpretações geográficas do Brasil produzidas por geógrafos e geógrafas no rico e ainda vivo debate em torno do paradigma da formação pode ser considerado um indicativo da posição marginal da Geografia no âmbito do Pensamento Social Brasileiro. Tal condição marginal não impediu, no entanto, tal paradigma ter produzido fortes repercussões na Geografia brasileira e ser fonte de produções originais destinadas a examinar a formação do território nacional. Isto é verificável na produção acadêmica que articulou variantes geográficas da "formação", ora destacando o conceito de "espaço", ora o conceito de "território". Se Santos (1977) sugere a *formação socioespacial*, Moreira (1982) prefere tratar da *formação espacial*, ao passo que Moraes (2011a) mobiliza o conceito de *formação territorial*, enquanto Andrade (2007) emprega o de *formação territorial e econômica*.

A importância desse corpo teórico é constatada nos reiterados trabalhos voltados a examinar esse tema (Pereira, 2023; Souza Neto, 2022; Machado, 2016) e naqueles que continuam a operacionalizar tais conceitos em suas pesquisas empíricas (Oliveira, 2020; Casaril, 2017; Barbosa, 2016; Gallo, 2014; Straforini, 2008). Cláudio Pereira (2023), centrando-se na variante geográfica da

formação socioespacial, formulada por Milton Santos, aponta a existência de três modos de operacionalização: a compreensão do próprio Milton Santos e do que o autor identifica como seus discípulos, centrada na "formação socioespacial brasileira"; uma interpretação multiescalar do conceito, que o operacionaliza em estudos regionais e que pode ser identificada nos trabalhos orientados por Armen Mamigonian; e uma interpretação com base na estrutura fundiária e suas relações com as dimensões políticas, cujo melhor exemplo seria o trabalho de Roberto Lobato Corrêa (2000) sobre a rede urbana e a formação espacial. Para Pereira (2023), as três tendências indicam como a conceituação original de Milton Santos foi ampliada e modificada, mas todas teriam retido como pressupostos centrais a relação sociedade-natureza, a característica processual e o papel "ativo" do espaço.

Armen Mamigonian (1996), ao comentar a proposição da *formação socioespacial*, de Santos (1977), afirma a pertinência de tal conceito ao reunir duas das mais importantes tradições intelectuais do século XIX, a Geografia e o Marxismo. Dessa forma, o modo de leitura da *formação* a prosperar na Geografia brasileira e a definir a sua apropriação criativa é o da *Gesellschaftsformation* marxista, ou mais precisamente da *formação econômico-social*, o qual animava o debate nacional em meados do século XX por meio de autores como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Florestan Fernandes, dentre tantos. Mamigonian (2019) chega a afirmar a existência de um *paradigma da formação social* na Geografia brasileira, mas acusa uma "fuga ao debate" decorrente, segundo ele, de vaidades pessoais, as quais impunham análises da realidade desinteressadas da interlocução com seus pares por receio de

valorizar as ideias e interpretações concorrentes. Seria este um fator do destino incerto do paradigma da formação na Geografia?

Daí se compreende o peso que o debate marxista em torno da *formação econômico-social* vai exercer sobre a renovação crítica da Geografia brasileira, constituindo-se como matriz teórica comum às várias formulações empreendidas por Santos (1977), Moreira (1982), Morais (2011a) e Andrade (2007). A influência do marxismo estruturalista sobre a Geografia contribuiu para se pensar o espaço como uma estrutura estruturante e uma estrutura estruturada (Pedrosa, 2013), incorporando-o ao conjunto de instâncias sociais (Santos, 2002). Esta afirmação do *espaço geográfico* como objeto da Geografia foi efetivada pela compreensão da *formação econômico-social* como categoria adequada para uma teoria válida do espaço, pensando-o enquanto totalidade segundo uma perspectiva sistêmica. Em diálogo com o trabalho de Sereni (1973), Santos (1977) tratou da formação econômico-social como unidade e totalidade das diversas esferas da vida social (econômica, social, política e cultural), reunindo a continuidade e a descontinuidade do desenvolvimento histórico, de modo a ser pensada como etapas de um processo histórico. Assim, a Geografia deveria deixar de ser reduzida aos estudos morfológicos da paisagem, das monografias regionais ou da organização do espaço, incorporando os processos correntes nas múltiplas escalas, o que estaria explicitado no diagnóstico de que até então "a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*" (Santos, 1977, p. 3).

O estudo da formação nacional é, então, realçado nos estudos geográficos como expressão da necessidade de superação das tendências neopositivistas, assumindo o espaço geográfico como

objeto (Santos, 2002) e a análise da produção do espaço como seu objetivo (Lefebvre, 2013), conforme sugere Andrade (1984).

> A outra corrente [Geografia Crítica], preocupada não apenas com modelos e teorias, mas com o conhecimento da realidade (...) procurava conhecer a realidade e utilizar esta experiência para **interpretar a realidade**. Partindo daí, os geógrafos brasileiros procuram estudar o processo de **formação do espaço nacional**, em função do sistema colonial que dominou o país por mais de três séculos e elaborar uma posição teórica que se coadune com o conhecimento daquela realidade. Assim, tentava-se descrever **o espaço produzido no território brasileiro**, em função das causas que determinaram esta produção e daquelas que modificara, em momentos históricos diversos, as linhas que comandavam o processo de produção deste espaço (Andrade, 1984, p. 16, grifos nossos).

Porém, o debate conceitual da formação econômico-social originado na *Gesellschaftsformation* marxista é prenhe de controvérsias em termos da sua definição mais precisa. Küttler (2011) reconhece que Marx não desenvolveu suficientemente o conceito, o que abre margem para interpretações divergentes que ora o aproximam do conceito de modo de produção (Gluj, 2020; Alessio; Catena, 2013), ora os afastam baseados numa distinção entre o concreto (formação econômico-social) e o abstrato (modo de produção) (Burns, 2024; Santos, 1977). Lefebvre (2020) defende que Marx não teria explicitado adequadamente o conceito de "formação econômico-social", mas que esta tarefa teria sido realizada pouco a pouco por Lênin, tanto à escala nacional (estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia) quanto à escala mundial (teoria do imperialismo). No entanto, a versão estruturalista suscitou uma controvérsia conceitual que José de Souza Martins (1979) expressa

ao afirmar que a noção de "formação econômico-social" teria passado por um processo de "desfiguração":

> Petrificada e reificada pelo raciocínio positivista, substitui hoje em dia a noção funcionalista de *sistema social*. Isso pode ser facilmente comprovado. Em autores em cujos trabalhos se lia "sistema social" há quinze anos atrás, hoje se pode ler "formação econômico-social", sem que o processo de pensamento subjacente aos conceitos tenha sofrido transformação correspondente à mudança conceitual. Um sinal evidente de que estamos diante do que Lefebvre classifica como *totalidade fechada*, não-dialética, é a aplicação arbitrária desse conceito a determinados espaços sociais, como a América Latina (Martha Hanecker) ou o Brasil (como fazem vários autores). (...) Isso é bem o oposto da utilização da noção em autores clássicos que a formularam e desenvolveram, como Marx e Lênin que a empregavam em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas não em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual (...) (Martins, 1979, p. 2).

Na mesma perspectiva, Pereira (2023) recupera o texto de Carlos e Lencioni (1982) no qual recusam a vinculação entre a "formação econômica da sociedade" (tradução defendida pelas autoras como mais apropriada) e a escala nacional.

> [G]ostaríamos de frisar que a "FES" não pode nunca ser nacional como escreve Althusser, Polantzas, Harnecker, e no caso da Geografia, Santos, Klein e Lipietz. Ao contrário, a "FES" é supra-nacional, é uma Lei Geral que permite constatar a repetição e a regularidade, e de generalizar os sistemas para se chegar a uma concepção geral, ao mesmo tempo que generaliza e descobre relações e Leis Gerais, pode colocar em evidência especificidades determinadas e locais (Carlos; Lencioni, 1982, p. 16).

A questão da escala é fundamental à análise de como a Geografia participa do debate da formação brasileira. Além da leitura que defende o caráter supranacional do conceito, há trabalhos que buscam operacionalizá-lo para contextos regionais ou locais (Casaril, 2017; Crocetti, 2012; Vieira, 2012; Lima, 2006). No entanto, se a versão marxiana da formação econômico-social se refere ao capitalismo como um todo ou a uma realidade concreta, histórica e espacialmente delimitada, o fato é que predominou na Geografia brasileira a opção por *espacializar* e *territorializar* a formação para lidar com os problemas nacionais, em especial aqueles destinados a pensar o desenvolvimento e a superação da condição de dependência. A escala privilegiada é, desse modo, a escala nacional por abrigar o ente político-territorial do Estado-nação, alçada à condição de *unidade geográfica de estudo*:

> Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A "região" não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A "região" não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo (Santos, 2014, p. 43).
>
> O Estado-nação é a base de fragmento. E também ponto de encaixe do plano global (...) A unidade recortada desse encaixe é a formação espacial. Um recortado político-econômico-cultural de estrutura espacialmente localizada, antes de tudo (Moreira, 2016, p. 13).

Antonio Carlos Robert Moraes (2011a) também territorializa a formação econômico-social e estabelece uma importância epistemológica ao estudo da formação como definidor da

Geografia como uma ciência dedicada à *história territorial*. Esta se dá de modo particularizado em múltiplas *formações territoriais*, que expressam o processo de valorização material e simbólica do espaço, considerando os elementos da base econômica e da superestrutura que aqui se convertem em produção do espaço e em representações, discursos e consciências que a sustentam, compondo, assim, as ideologias geográficas (Moraes, 1988). Sobre esse ato de delimitar espacialmente a formação, o autor afirma:

> Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar. Por isso que a formação econômico-social é vista, nesse sentido, sempre como uma realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos (Moraes, 2011a, p. 16-17).

Combina-se, assim, a perspectiva sistemático-estrutural à perspectiva histórica, tal como sistematizado por Althusser e Balibar (1970) e operacionalizado por Maurice Godelier (1971). Nessa perspectiva, *formação social* e *modo de produção* são conceitos distintos, mas que se combinam no processo histórico a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Assim, uma formação social determinada possui um modo de produção dominante articulado hierarquicamente com outros modos de produção subordinados, estabelecendo uma combinação específica entre a base econômica e a superestrutura.

> O que propomos é a construção de uma teoria do espaço que se fundamente em três categorias da totalidade, que são facetas de uma mesma realidade: a formação espacial, a formação

> econômico-social e o modo de produção. O conceito de formação espacial passa pelos conceitos de formação econômico-social e de modo de produção e, mais ainda, pela forma como se articulam esses dois (Moreira, 1982, p. 60).

A interação epistemológica entre formação econômico-social, modo de produção e espaço é, porém, uma relação tensa diante do esforço de interpretar a via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Diante de leituras que apontavam a existência de restos feudais ou de um modo de produção especificamente colonial, predominou na Geografia uma interpretação assentada no caráter capitalista do processo formativo desde o período colonial, corroborando, ainda que parcialmente, o modelo explicativo do Sentido da Colonização, de Caio Prado Júnior (2011). Milton Santos (1998) avalia criticamente o Marxismo produzido no Brasil e situa histórica e espacialmente a sua opção por operacionalizar o conceito de formação econômico-social ao reconhecer o caráter aberto da proposição de Marx e o renascimento do conceito desde contextos periféricos como a América Latina.

> A formação econômico-social é uma categoria que estuda a maneira como cada país se forma a partir do seu território, da sua história econômica, social, cultural – mas sem esquecer as relações internacionais, estudadas em conjunto e tendo a referência do tempo, isto é, do mundo. O mundo datado, não o mundo tomado cegamente. Um mundo datado porque o mundo é que é a razão do que se faz em cada lugar e em cada época. Ainda assim, fomos prejudicados na análise da realidade brasileira, porque **o marxismo brasileiro é um marxismo de modo de produção e não da formação social**. O modo de produção é uma realidade histórica, mas não é uma realidade geográfica. A realidade geográfica é a formação econômica e social. As teorias que na América Latina e no Brasil tentaram explicar a realidade latino-americana e brasileira, como a famosa teoria da dependência, para citar apenas esta, são teorias do

> modo de produção e não da formação social. De modo que a análise deveria ser feita em três tempos: o passado, como herança; o presente, como situação e o futuro, como perspectiva (Santos, 1998, p. 155, grifos nossos).

Avaliação similar é feita por Manuel Correia de Andrade (2004a) ao argumentar em defesa de uma interpretação alicerçada na formação econômico-social para dar conta da realidade concreta em oposição aos modelos explicativos dos ciclos econômicos e do etapismo dos modos de produção.

> Não é realista, também, a ideia de se procurar transplantar para a história brasileira o esquema dos modos de produção, um conceito teórico elaborado em virtude de outra realidade, admitindo-se que teria havido um período feudal no Brasil ou modos de produção secundários. A nosso ver, a interpretação da história brasileira pode ser feita com maior acerto se forem usados conceitos ligados à **formação econômico-social**, a partir da transferência de sistemas europeus, em decadência ou em ascensão, e de sua adaptação à realidade encontrada no continente americano (Andrade, 2004a, p. 43, grifos nossos).

A adesão da Geografia ao "paradigma da formação", se assim preferirmos, parece cumprir um papel epistemológico crucial em momento decisivo de questionamento dos pressupostos neopositivistas que predominavam na Geografia do pós-guerra. Combinado a esta tarefa teórica de ressaltar o espaço como categoria analítica do campo disciplinar, o paradigma da formação parece cumprir também uma tarefa política que atravessava os compromissos estabelecidos pelos geógrafos e geógrafas envolvidos com a Geografia Crítica. Articulados nas sucessivas publicações sobre a formação brasileira, este debate assumia o objetivo de dotar a Geografia de uma ferramenta analítica adequada para produzir

uma teoria geográfica do Brasil, a qual não deixa de corresponder a uma interpretação geográfica do país.

Por uma interpretação geográfica do Brasil: espaço e território na leitura da formação nacional

É importante analisar as múltiplas operacionalizações das variantes geográficas da formação. Milton Santos realizou esforços sistemáticos em *Espaço do Cidadão* (Santos, 1987), de 1987, *Urbanização Brasileira* (Santos, 2013), publicado em 1993, e em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, publicado em coautoria com María Laura Silveira em 2001 (Santos; Silveira, 2001). Contudo, o ponto de partida de sua reflexão sobre o país é o texto de 1979 intitulado *Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado* (Santos, 1979), desde o qual ele esboça uma leitura sistemática do território brasileiro que combina o conceito de formação socioespacial aos de meio geográfico e de território usado.

O resultado disso é um modelo explicativo que sugere uma formação socioespacial diacrônica que estabelece períodos históricos expressos pela expansão dos meios técnicos sobre os meios naturais. Dessa forma, o território brasileiro é explicado pela articulação e superação do meio natural pelos sucessivos meios técnicos (com grau crescente de mecanização do espaço) até à instalação contemporânea do meio técnico-científico-informacional. O outro resultado se refere ao quadro sincrônico da formação socioespacial, verificado na regionalização proposta dos *Quatro Brasis*, composto pela *Região Concentrada*, aquela em que o meio técnico-científico-informacional (MTCI) é generalizado, e por outras três regiões nas quais o MTCI é seletivo: *Região Centro-Oeste* (área de expansão do MTCI); *Região Nordeste* (onde predominam as heranças territoriais); e *Região*

Amazônica (onde predomina o meio natural da floresta tropical). Em síntese, a formação socioespacial funciona como uma teoria das mediações (Silveira, 2014), ressaltando sua vinculação à escala nacional, a qual medeia os nexos entre os lugares e regiões em relação às dinâmicas globais que operam como verticalidades.

A proposta de interpretação de Santos trata a formação socioespacial brasileira enquanto uma totalidade concreta, cujo movimento histórico tensiona as heranças territoriais com os novos usos do território. Mas ao eleger o fenômeno técnico como chave de leitura, concede especial relevância à configuração territorial, que a cada momento dispõe de um sistema de objetos cada vez mais obediente a ordens remotas. Opera, assim, com pares dialéticos que expressam a unidade de instâncias sociais (*tecnosfera* e *psicosfera*; *circuitos espaciais de produção* e *círculos de cooperação*; *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* etc) das quais o espaço faz parte e se dedica a compreender como o desenvolvimento das forças produtivas produz e modifica o território à medida que os projetos de modernização são mobilizados ou suspensos conforme a economia política do momento. Contudo, é importante ressaltar o papel que a formação econômico-social vai desempenhar na discussão que o autor empreende sobre o racismo no país, realizando uma reflexão que combina os conceitos de *formação socioespacial* e de *corporeidade* para pensar o lugar social e geográfico do negro no Brasil (Machado, 2023; Cirqueira, 2016).

Ruy Moreira, por seu turno, reconhece a relação entre formação social e formação espacial a partir da *reprodução social* no capitalismo, centrando sua análise nas relações sociais de produção. Por isso que o seu texto clássico, *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais* (1982) enuncia a formação espacial como categoria

analítica que permitiria revelar as relações de classe no espaço. Nas operacionalizações por ele realizadas em *Sociedade e espaço geográfico no Brasil* (Moreira, 2011), em *O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (Moreira, 2013), em *Mudar para manter exatamente igual* (Moreira, 2018), em *Formação espacial brasileira* (Moreira, 2020) e em *Brasil, espaço e tempo* (Moreira, 2024), há um modelo explicativo centrado na manifestação espacial das relações de classe que se convertem em sucessivos conflitos de *espaço* e *contraespaço*.

Já em *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (Moreira, 2013), primeiramente publicado em 1985, Ruy Moreira sistematiza sua interpretação do Brasil ao levar em consideração o modo de espacialização da luta de classes, configurado em arranjos espaciais ou ordenamentos territoriais. A relação campo-cidade é o ponto de partida de uma divisão territorial do trabalho organizada em dois eixos: economia-política e produção-circulação. Os pactos e arranjos políticos entre classes sociais e frações de classe organizam a cada momento a lógica dos dominantes e a lógica dos dominados, de modo que o autor distingue três fases da formação social brasileira: a *agromercantil colonial-escravocrata*; a de *transição*; e a *urbano-industrial-capitalista*.

A resultante espacial desse processo expressa o modo de internalização do capitalismo mundializado. No período colonial, o ordenamento territorial se daria compartido entre um *espaço interno* (da economia e da produção) e um *espaço externo* (da política e da circulação). No momento seguinte, de formação do Estado nacional e da aliança entre plantacionistas e burguesia mercantil interna e externa, o eixo economia-política se unifica, mas o eixo produção-circulação permanece separado, promovendo um ordenamento

territorial a que Moreira (2013) vincula um processo de *acumulação primitiva interna*, em face do alargamento de uma divisão territorial interna do trabalho e das trocas, repercutindo na maior diferenciação entre classes sociais do campo e da cidade.

O período urbano-industrial, que corresponde à modernização da indústria e do território, desdobra-se em duas fases: a do *capitalismo atrasado* (bloco do poder industrial agrário); e a do *capitalismo avançado* (bloco do poder industrial-agrário-financeiro). Os respectivos ordenamentos territoriais correspondem ao *espaço molecular*, autonomização do capital fabril organizado em um arranjo espacial ainda atomizado de economias regionais; e ao *espaço monopolista*, espaço da ordem corporativa, forjado na fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário no capital financeiro, cujo arranjo se dá pela "alta difusão territorial dos aparatos técnicos da esfera da produção (unidades fabris e agrárias) e da esfera da circulação (rede de meios de transferência, sistemas de cidades-equipamentos terciários etc.)" (Moreira, 2013, p. 95).

Porém, a riqueza da análise de Ruy Moreira está em avaliar como a via autoritária do capitalismo brasileiro remonta, a cada período, aos sucessivos conflitos de espaço e contraespaço. A formação espacial brasileira é, portanto, compreendida segundo sua tensão estrutural entre o modelo comunitário dos dominados (indígenas, quilombolas, camponeses etc.) e o modelo explorador dos dominantes organizados em torno da aliança entre os grandes proprietários e a burguesia industrial. Desse modo, a história do espaço brasileiro se dá pela organização e posterior neutralização de formas de vida comunitária, que se reorganizam e resistem. Moreira (2011), portanto, se refere a:

- Contraespaços indígenas e negros (três primeiros séculos de colonização)
    - Confederação dos Tamoios (1554-1567)
    - Confederação dos Cariris (1651-1715)
    - Quilombo de Palmares (1610-1694)
    - Guerra Guaranítica (1610-1715)
- Contraespaços camponeses (passagem do século XIX para o século XX)
    - Cabanagem (1835-1840)
    - Canudos (1893-1897)
    - Contestado (1912-1916)
- Contraespaços operários (século XX)
    - Greves operárias
    - Resistência à modernização no campo (agroindústria)
- Contraespaços de classes territoriais (século XXI)
    - Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, geraiseiras, quebradoras de coco, pequiseiras; sem-terra; assentados; posseiros etc.
    - Operariado e multidão urbana

As tensões entre espaço e contraespaço se organizam, segundo Moreira (2018), na combinação hierárquica de modos de produção que compõem a formação social brasileira. Sob a hegemonia do modo de produção capitalista avançado, a coexistência de um pequeno modo de produção (campesinato) e do modo de produção comunitário (ribeirinhos, quilombolas, indígenas). Para o autor a formação espacial é então estruturada pela relação entre terra-território-Estado (Moreira, 2020), para o qual ele recupera o vínculo colonial entre fazenda-município-cidade, constituintes de sucessivos modos de entrelaçamento que fazem da *fazenda* e da *cidade* "um par essencial na dinâmica têmporo-espacial da formação social brasileira" (Moreira, 2024, p. 14).

Na edição mais recente de *Formação espacial brasileira* (Moreira, 2020), uma nova síntese é elaborada e a formação espacial é pensada a partir de complexos regionais resultantes da combinação de ciclos espaciais de acumulação e circuitos de reprodução. Refere-

se, assim, a uma formação espacial *colonial-açucareira*, uma formação espacial *industrial-cafeeira* e a uma formação espacial *agroindustrial-rentista*, encaixadas nos enquadramentos regionais do Nordeste, da hinterlândia paulista e do Centro-Oeste. A cada momento histórico prevalece uma formação regional, articulando-se às demais no movimento histórico das continuidades e descontinuidades.

Antonio Carlos Robert Moraes destaca, por sua vez, a natureza territorial da formação, notadamente em *Bases da formação territorial do Brasil* (Moraes, 2011a), resultado de seu doutoramento em 1991 e primeiramente publicada em 2000. Centrado na investigação da via colonial de desenvolvimento do capitalismo, examina a formação territorial a partir tanto da *valorização capitalista do espaço* quanto do que nomeia de *formas capitalistas de valorização* (Moraes, 2011b). A primeira expressa a acumulação capitalista resultante da reprodução ampliada do capital e que no contexto colonial retarda em se instalar, ao passo que a segunda corresponderia à "produção capitalista de formas não capitalistas de produção", essenciais à compreensão do papel da América portuguesa na divisão internacional do trabalho do Antigo Sistema Colonial. Essa ideia de valorização do espaço, pela qual Moraes investiga a formação territorial é, contudo, contestada por Costa (2024) e Hurtado (2020), em decorrência da sua generalização do processo de valorização espacial para todo e qualquer tipo de trabalho sobre o espaço, quase que equiparando-o ao conceito de produção do espaço. Pensada nos marcos da acumulação capitalista, por outro lado, é pertinente às dinâmicas de acumulação "por elaboração de periferias", como sugere Francisco Oliveira (2013, p.

43), e que operam na abertura de fronteiras "externas" e "internas" enquanto modo estrutural da acumulação primitiva.

Porém, um debate significativo proposto pelo autor se refere ao fato da formação do Brasil ter sido forjada mais em termos territoriais do que sociais, ou seja, o país teria sido pensado muito mais como uma porção do espaço terrestre. O corolário disso seria a reiterada expansão territorial como motor de construção nacional, mobilizando ideologias geográficas que prometiam civilizar e modernizar os espaços a serem ocupados (Moraes, 2005). Para tanto, o autor opera na diferenciação entre o território nominal do exercício da soberania e o território efetivamente explorado, o que redunda na existência de verdadeiros *fundos territoriais*, porções do território destinadas a uso futuro e a partir das quais o Estado tende a legitimar suas ações. Esta alteridade espacial põe em equivalência os fundos territoriais e os conceitos de *sertão* e de *fronteira* segundo o uso no período colonial para designar as áreas selvagens, distantes, vazias ou habitadas por povos indígenas considerados bárbaros. Esta interpretação de Moraes auxilia no entendimento das políticas territoriais que a cada momento almejavam garantir a integridade, a integração e a coesão do território nacional. A resultante é a constatação de um país de contrastes que está tão vinculada a vários trabalhos do paradigma da formação.

> A via colonial de formação histórica induz à condição periférica, postos o papel subordinado e a função complementar na estrutura da economia-mundo capitalista, experimentada desde a origem. É própria da condição periférica, dada sua situação estrutural de zona de ajustes, a convivência de relações sociais díspares e de contrastes bem mais acentuados do que os existentes nas sociedades centrais (Moraes, 2011a, p. 416).

Uma particularidade de sua interpretação se refere à proposição de uma periodização interna à história colonial, diferentemente do procedimento adotado, por exemplo, por Santos e Silveira (2001) ou Moreira (2020), e que confere ao período colonial uma certa unidade e estabilidade. Moraes (2011a), ao contrário, aponta para dinâmicas diferenciadas que, na via colonial de formação histórica, induziram à condição periférica do território brasileiro:

- Descoberta e exploração das bordas litorâneas (1500-1530)
- A instalação efetiva (1530-1580)
- Expansão espacial e fragmentação da soberania (1580-1640)
- Integridade territorial e integração da América portuguesa (1640-1750)
- Crise do Antigo Sistema Colonial (1750-1822)

É perceptível na sua obra o intenso diálogo estabelecido com a Historiografia, o que lhe permite um trânsito pelos impasses resultantes dos modelos explicativos concorrentes do Antigo Sistema Colonial (Novais, 2019) e do Antigo Regime nos Trópicos (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2001), selecionando aspectos de ambas as perspectivas, mas tendendo a incorporar mais sistematicamente a do sistema mundo-moderno. Aqui reside sua particularidade interpretativa de indicar a formação territorial brasileira como um capítulo da constituição do modo de produção capitalista, conduzido pela apropriação constante e extensiva do território.

No que se refere a Manuel Correia de Andrade (2007; 1995), a *formação territorial e econômica* é empenhada para explorar os desafios na construção da *territorialidade*, aqui relevante à construção da integração nacional. Em *Formação territorial e econômica do Brasil* (Andrade, 2007), o autor contextualiza o seu

projeto no fato de ser um estudioso dos problemas brasileiros há mais de cinco décadas e enuncia um convite à reflexão sobre a *realidade brasileira* e uma ambição de contribuir à resolução dos seus problemas, procedimento comum ao paradigma da formação. Para tanto, concede maior atenção e interesse ao período após 1930, em face à aceleração do processo de transição entre uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial. A seleção desse "momento decisivo" da formação está no contexto de necessidade de análise do passado, uma incursão "às origens da nacionalidade" (Andrade, 2007, p. 14).

Há, contudo, uma inseparabilidade entre o econômico e o político-administrativo, destacando-se o papel do Estado na sua capacidade de instalar novas estruturas e de modificar os sistemas tradicionais de exploração do espaço. Tal preocupação aparece na forma em que o texto é organizado, obedecendo aos períodos e eventos tributários da dinâmica política e econômica da América portuguesa e do Brasil independente. O arco temporal que ordena a narrativa é fechado, todavia, por uma síntese sincrônica do território, na qual Andrade comenta as dinâmicas regionais do Brasil no período da globalização. É evidente, no entanto, que Manuel Correia de Andrade transita em estreito diálogo com o modelo explicativo do Sentido da Colonização (Prado Jr., 2011), talvez mais do que os autores anteriormente discutidos, o que pode ser observado nesse e em outros trabalhos. Além disso, Andrade é quem constrói uma perspectiva de enunciação de uma interpretação geográfica do Brasil desde o Nordeste, em diálogo que não se restringe a Caio Prado Júnior, mas que o combina a uma leitura crítica de Gilberto Freyre, Celso Furtado e Josué de Castro (Andrade, 2004b; 2002; 1994; 1977). A marca incontornável de sua interpretação é sua obra seminal, *A terra*

e o homem no Nordeste, publicada inicialmente em 1963 por encomenda de Caio Prado Júnior, e que pode ser considerada como um ensaio de interpretação do Brasil ao realizar uma operação metonímica pela qual a parte (Nordeste) revela dinâmicas territoriais do todo (Brasil) (Andrade, 1980).

Somadas a essas operacionalizações do conceito de formação na Geografia brasileira, encontram-se esforços também relevantes e que sugerem outras combinações conceituais para lidar com os mesmos temas. Porto-Gonçalves (1995) pensa a formação socioespacial por meio de conflitos territoriais e das possibilidades de reapropriação social da natureza, fornecendo ferramentas analíticas para o estudo dos conflitos agrários no país. Oliveira (2020), por seu turno, ressalta o papel da grilagem de terras na formação territorial brasileira, também pondo em relevo a questão agrária como tema tradicionalmente vinculado ao problema da formação social. Dentre os textos da coletânea organizada por Oliveira (2020), destaca-se o trabalho de Prieto (2020) por explorar a grilagem de terras como expressão do "rentismo à brasileira" na formação territorial. Reconhece-se, assim, a pertinência do esforço de compreensão da totalidade e do resultado dessa produção geográfica no âmbito da formação.

Considerações Finais

O interesse explicitado nesse trabalho foi de explorar as linhas gerais do paradigma da formação na Geografia com a perspectiva de situar o debate para além das fronteiras disciplinares. As análises do conceito de formação na Geografia brasileira têm sido realizadas, comumente, de modo compartimentado e atomizado, ora isolando a formulação de um autor específico, ora restringindo o

escopo ao debate marxista. É importante ampliar os horizontes analíticos para explorar as interações do campo disciplinar da Geografia com o Pensamento Social Brasileiro, cujo esforço crítico já tem empenhado um conjunto robusto de investigadores.

Mesmo que reconheçamos uma posição marginal da Geografia no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, isto contrasta com a histórica importância de *espaço*, *território*, *meio* e *paisagem* enquanto categorias analíticas empregadas nas mais diversas interpretações do Brasil. A formulação de variantes geográficas do conceito de formação desde meados da década de 1970 vem a contribuir com essa "obsessão nacional" de pensar a formação brasileira como uma atitude reiterada de buscar respostas aos males e impasses do país. Se o referido paradigma está esgotado ou não, a sensação de incompletude da formação nacional, de contrariedade ao influxo externo e de contínuo desejo modernizante parece persistir. Frente aos desafios que a sociedade brasileira dispõe, pensar a formação do território ainda sugere pertinência incontornável, sobretudo quando as heranças territoriais se manifestam cotidianamente com a violência no campo e na cidade, o avanço espoliativo sobre territórios indígenas e quilombolas, as assimetrias raciais persistentes, a dependência tecnológica e as fragilidades do provimento público de direitos sociais. Ou seja, como afirma Roberto Schwarz (2023), a matéria nacional é nossa tarefa histórica.

Consideramos, portanto, que a questão em torno do referido paradigma não está no seu suposto esgotamento e superação por um paradigma concorrente, seja este o da *inserção nacional* ou outro qualquer. Reside, no entanto, na diversidade de temas (sistema literário, questão agrária, família patriarcal, patronato brasileiro, esferas públicas e privadas, sistema econômico, violência, questão

étnico-racial, industrialização e urbanização etc.), de gêneros (não mais restrito a ensaios, mas abrangendo as produções da crescente pós-graduação brasileira), de perspectivas teórico-metodológicas (Sociologia Weberiana, Marxismo, Institucionalismo, Funcionalismo etc.) e de campos disciplinares (Crítica Literária, Historiografia, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Economia, Geografia etc.), apesar da unidade do objeto de análise (a matéria ou realidade brasileira).

A partir da análise aqui empreendida, consideramos que a produção geográfica nesse paradigma ou "campo problemático" da formação também tem se renovado ao longo do tempo e ampliado sua capacidade de intervenção. É possível, portanto, sistematizá-la a partir do reconhecimento de cinco *relações básicas* da formação espacial/territorial brasileira. A primeira se refere às *relações espaço-temporais*, de modo que a construção de periodizações se impunha como necessidade metodológica para lidar com os períodos de crise e com o tema das transições entre os distintos momentos da formação. A segunda relação remete a *parte-todo*, ou seja, à interação entre a escala nacional e os subespaços regionais, desdobrando-se nas discussões sobre federalismo e fragmentação territorial, relações campo-cidade, dualidades espaciais como litoral e sertão, frentes pioneiras, avanço das fronteiras internas e integração do território, redes técnicas e sociopolíticas, questão regional e regionalizações do território, dentre outras. A terceira relação abrange os vínculos *interno-externo*, a partir do que se discute fronteiras e integridade territorial, a posição no sistema mundo moderno-colonial, divisão internacional do trabalho, dependência e subdesenvolvimento, integração regional supranacional e outras questões vinculadas aos influxos externos.

As *relações Estado-território* pressupõem os múltiplos agentes territoriais envolvidos no processo formativo comandado pelas instituições de Estado. Compõem um quarto conjunto de problemas que dizem respeito à formação territorial e o processo de *nation-building*, à oposição entre território usado e fundos territoriais, às dinâmicas de centralização e descentralização, às esferas do público e privado, às políticas territoriais, à coesão territorial etc. Por fim, como quinto par estão as *relações sociedade-natureza*, desdobrando-se nos temas da biodiversidade, dos usos econômicos dos recursos naturais, dos territórios de vida comunitária integrados à floresta, dos conflitos ambientais e agrários, da produção de energia e dos regimes nutricionais, e dos modelos de apropriação da terra e da natureza, dentre outros.

Compreendemos, por fim, que a apropriação criativa do conceito de formação na Geografia brasileira viabilizou a construção de interpretações geográficas do Brasil que se valeram de um rico vocabulário comum a vários campos disciplinares, a partir do que foi possível o diálogo, a apropriação e a crítica a pressupostos e leituras que buscavam dar coerência histórica aos diversos impasses nacionais. Recompor esse quadro autoral é importante para sistematizar os problemas que a Geografia brasileira se colocou até aqui e que podem elucidar questões formuladas por iniciativas de interpretação provenientes dos outros campos. Faz-se necessário, no entanto, ampliar o escopo analítico de interpretações geográficas do Brasil para além do quadro teórico-metodológico do Marxismo e investigar a contribuição de geógrafas-intérpretes do Brasil no passado e no período atual.

Notas

1 - Este artigo é produto do projeto de pesquisa "Sertão, nação e território: o conceito de 'formação' nos estudos geográficos do Brasil", desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR), do CERES/UFRN, Caicó-RN.

Referências Bibliográficas

ALESSIO, Constanza Bosch; CATENA, Laura. El concepto de formación socio-económica en la obra de José María Aricó: un cotejo con las fuentes marxianas. **Revista Izquierdas**, nº 17, 2013, p. 93-105.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. **Reading Capital**. London: NLB, 1970.

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa, 1997. p. 7-66.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundaj, 2007.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004a.

_____. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004b, p. 13-36.

_____. **Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Formação Territorial do Brasil. In: BECKER, B. K., CHRISTOFOLETTI, A., DAVIDOVICH, F., GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume e HUCITEC, 1995.

_____. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994.

_____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundaj: Massangana, 1984.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Geografia, região e polarização**. Recife: UFPE, 1977.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface**, nº 12, 2016, p. 34-54.

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOTELHO, André. "Um certo ar de família": formação, inserção, linhagens, sequências. In: SAES, A. M.; BARBOSA, A. F. (Orgs.) **Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: BBM, SESC, 2020, p. 23-55.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.) **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURNS, Tony. Marx and the concept of a Social Formation. **Historical Materialism** (published online ahead of print 2024). https://doi.org/10.1163/1569206x-bja10032

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LENCIONI, Sandra. A categoria "formação econômica da sociedade" na análise geográfica. **Borrador** – Teoria e Método da Geografia, AGB – São Paulo, nº 1, 1982, p. 11-18.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Formação sócio-espacial sudoeste paranaense. **Mercator**, vol. 16, 2017.

CIRQUEIRA, Diego Marçal. Milton Santos: um corpo estranho no paraíso. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (Orgs.) **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 405-427.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, ano V, nº 8, 2000, p. 121-129.

CROCETTI, Zeno Soares. **Formação sócio-espacial do Paraná**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

COSTA, Bruno Moreira Riani. Value and Valorisation of Space: notes for a debate on Critical Geography. **Antipode**, vol. 56, nº 4, 2024.

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história**: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003 [1933].

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

GALLO, Fabricio. Elementos da formação territorial brasileira: a federação nacional como evento geográfico. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 4, nº 1, 2014, p. 27-43.

GEIGER, Pedro Pinchas. & DAVIDOVICH, Fany Rachel. Spatial dimensions of Brazil's social formation. In: **Latin American Regional Conference**, Brazilian Geographical Studies, vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p. 33-60.

GLUJ, Anabella. A propósito de las categorísas de modo de producción y formación económica social. **Izquierdas**, nº 49, 2020, p. 195-208.

GODELIER, Maurice. Qu'est ce que definir une "formation economique et sociale". L'exemple des Icas. **La Pensee**, nº 159, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

HURTADO, Lina María. De la formación socio-espacial a la formación territorial. Uma propuesta teórica y metodológica para el análisis de la formación y transformación de territórios en zonas de frontera. **Revista da ANPEGE**, vol. 16, nº 30, 2020, p. 307-321.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KÜTTLER, Wolfgang. Social Formation. **Historical Materialism**. vol. 19, nº 4, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Luiz Cruz. (Org.) **Reestruturação Socioespacial**: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

MACHADO, Thiago Adriano. O país distorcido: Milton Santos e o lugar das ideias. **GEOgraphia**, vol. 25, nº 55, 2023.

_____. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, vol. 18, nº 38, 2016, p. 71-98.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, vol. 1, nº 1, 2019, p. 7-44.

_____. A geografia e a formação social como teoria e método. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2011a.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011b.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, Ruy. **Brasil, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2024.

_____. **A Formação Espacial Brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

_____. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia**: teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

NOBRE, Marcos. Depois da formação: cultura e política da nova modernização. **Revista Piauí**, edição 74, novembro de 2012.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.) **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2013.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo – SP.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. A categoria "formação socioespacial" na obra de Milton Santos: usos, significados e desdobramentos analíticos. **Revista da ANPEGE**, vol. 19, nº 38, 2023, p. 1-42.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (Orgs.) **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. K., CHRISTOFOLETTI, A., DAVIDOVICH, F., GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume e HUCITEC, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial do Brasil. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.) **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANTIAGO, Silviano. Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. **Folha de São Paulo**, 07 de setembro de 2014.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. As exclusões da globalização: pobres e negros. **Thoth**, nº 4. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. (Org) **Brasil 1990**: caminhos alternativos do desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 143-161.

_____. Society and Space: social formation as theory and method. **Antipode**, vol. 9, nº 1, fev. 1977, p. 3-13.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARZ, Roberto. Roberto Schwarz. Entrevista concedida a Fabio Mascaro Querido. **Margem Esquerda**, nº 40, 2023, p. 11-34.

SERENI, Emilio. La categoría de "formación económico-social". **Cuadernos de Pasado y Presente**, nº 39, 1973, p. 55-95.

SILVEIRA, María Laura. Geografía y formación socioespacial: por um debate substantivo. **Estudios socioterritoriales**. vol. 2, nº 16, 2014, p. 141-168.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. Brazilian Geography and the Study of Territorial Formation. In: GONZÁLEZ, R. C. L.; MITIDIERO JÚNIOR, M. A. (Editors) **Brazilian Geography**. In theory and in the streets. Singapore: Springer Nature, 2022, p. 55-64.

STRAFORINI, Rafael. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **GeoUERJ**, Ano 10, nº 18, vol. 1, 2008, p. 63-90.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial. **Anais do XII Encontro de**

Geógrafos da América Latina, Montevidéu/Uruguay, 3 a 7 de abril de 2009.

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 28 de julho de 2024
Aprovado em: 11 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3481

Como citar:
MACHADO, T. A.; DANIELLE ALVES DA COSTA, J.; SILVA SANTOS, M. F. O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 154-192. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3481. Acesso em: dia/mês/ano.